

O Mundo em Português N°7

Abril 2000

O Exemplo Brasileiro

Álvaro de Vasconcelos

Brasil e Angola são exemplos de sinal contrário do tipo de relacionamento que Portugal pode desenvolver com os países de língua portuguesa, e dos seus frutos: sem pretender inventar afinidades identitárias e dando à convergência democrática o lugar que merece.

Com as comemorações luso-brasileiras e as crises militares e humanitárias que afectaram e ainda afectam Timor, Angola e Moçambique, a lusofonia passou a ocupar um espaço significativo no discurso dos políticos e nas páginas dos jornais. Em consequência, e sob o estímulo de um discurso por vezes triunfalista, aumentaram as expectativas e exigências de muitos sectores da opinião sobre as relações de Portugal com o mundo lusófono.

É perturbadora, porém, a força com que ressurgiu, aqui e acolá, a afirmação de que no sucesso ou fracasso do projecto lusófono é a identidade portuguesa que está em causa. A presença militar portuguesa em Timor, por exemplo, decorreria, essencialmente, do interesse português na defesa ou imposição da lusofonia. Na mesma perspectiva, a acção diplomática, durante a crise na Guiné, teria como objectivo proteger a lusofonia das investidas da francofonia representada pelo Senegal. O Brasil, segundo essa lógica passadista, apenas seria um parceiro importante se considerasse como primeira prioridade a construção do mundo lusófono – o que, claramente, não só não faz como não é sob essa perspectiva que concebe as suas relações com Portugal e os brasileiros que não fazem da lusofonia a sua razão de ser são mesmo considerados, por alguns, como anti-portugueses. A acção dos sul africanos durante as cheias em Moçambique, apesar do seu indesmentível empenho e eficácia, foi vista com certa desconfiança. Não seria a intervenção humanitária sul-africana parte de uma conspiração anglófona de que o primeiro passo teria sido a adesão de Moçambique à Commonwealth? Parte das ambiguidades e equívocos portugueses em relação a Angola decorrem também do medo de se ver o governo de Luanda orientar-se numa direcção não lusófona – aliás, não se sabe bem qual.

Quer isto dizer que a língua não tem qualquer papel nas relações internacionais? Evidentemente que não. A língua facilita o relacionamento e é um veículo fácil de comunicação cultural e de cooperação. É isso que dá sentido à comunidade dos países de língua portuguesa. Mas isso não significa, de forma alguma, que exista uma cultura lusófona. Existe, sim, a cultura portuguesa, brasileira ou moçambicana. Graças à língua comum podemos ler no original Drummond de Andrade ou Mia Couto, o que já não é pouco. Significa, também, que os portugueses conhecem melhor esses países, onde muitos viveram ou vivem, o que contribui para criar uma relação de solidariedade, que se manifesta na preocupação com as cheias em Moçambique, com a construção de Timor independente ou com os direitos do homem em Angola.

Uma relação sólida com os países lusófonos não se pode construir com base num discurso com laivos nacionalistas sobre a identidade portuguesa que, além de tudo, é um equívoco não partilhado. Tem de assentar em interesses comuns e numa comunhão de prioridades e valores.

O exemplo brasileiro e angolano são significativos das potencialidades e dificuldades das relações de Portugal com os países que um dia colonizou e da existência ou não de factores de convergência.

As relações luso-brasileiras ganharam substância e atravessam um momento único do ponto de vista económico com os investimentos portugueses atingindo somas muito significativas. A solidez das relações luso-brasileiras assenta numa forte convergência política entre dois Estados democráticos que, embora em grau diverso, se associaram com os seus vizinhos, abandonando rivalidades históricas. Aliás, uma componente importante dos seus interesses comuns é o favorecimento das relações entre a União Europeia e o Mercosul. Pelo caminho ficaram os componentes de um luso-brasileirismo exclusivista e alternativo à plena integração dos dois países na região em que se encontram.

As relações de Portugal com Angola, apesar da língua comum, contrariamente às relações com o Brasil, não progredem em nenhum campo, apesar das enormes potencialidades do país africano. As razões da diferença são evidentes: em Angola são a guerra e o despotismo e não a cooperação e a democracia que prevalecem.

Fazer dos países lusófonos uma das prioridades da política externa portuguesa não significa que Portugal esteja em condições de, em todas as circunstâncias, responder às necessidades desses países. É muito menos que possa ou deva fazê-lo sozinho, e nem sequer que tenha de assumir sempre uma posição de liderança. Em muitos casos, Portugal desenvolverá a sua acção no contexto da União Europeia ou em conjugação com outros Estados interessados na resolução de uma dada crise, como aconteceu em Timor. Contudo, para que os portugueses tenham uma noção realista das prioridades e das possibilidades do país em relação ao mundo lusófono é necessário não criar expectativas excessivas que não podem, depois, ser satisfeitas.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa só faz sentido se for formada por países democráticos, respeitadores dos direitos do homem, se for esse o cimento determinante da sua unidade. Por isso, a construção da comunidade lusófona passa, também, pela capacidade de os países que dela fazem parte contribuírem para a paz e a defesa dos direitos humanos em Angola, sejam eles violados por quem forem.